
CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E SUAS EXPECTATIVAS ANTE O PROCESSO DE ADOÇÃO

*Paola Huber
Deborah Polo
Patrícia Behrend
Scheila B. S. de Menezes^(*)*

INTRODUÇÃO

A adoção, assunto abordado com frequência pela mídia e campanhas sociais, incentivada, especialmente, pela criação da nova lei nacional da adoção, a qual limita o período em que crianças e adolescentes permaneçam em instituições de abrigo e facilita o processo de adoção propriamente dito. Observa-se, ainda, que o abandono de crianças tem sido presente de forma cada vez mais intensa na atualidade, o que remete à reflexão sobre a problemática dos abrigos e crianças institucionalizadas. Assim, tendo em vista a relevância social e psicológica, este artigo visa abordar assuntos referentes à adoção, preferencialmente sob a perspectiva das crianças e como esta se apresenta no histórico da humanidade, bem como visa abordar o processo de institucionalização e como este vem evoluindo em conceito e prática.

Segundo Paiva (2004), desde os primórdios da história humana foram evidenciados aspectos que se assemelham a práticas de adoção, verificam-se em escritos bíblicos e, também, na civilização egípcia, contudo foi com o Código de Hamurabi, na antiga Babilônia que se encontrou registros palpáveis sobre a adoção: “[...] o Código é considerado o primeiro texto jurídico da civilização e faz referência às adoções.” (PAIVA, 2004, p. 36). Porém, ainda hoje não é possível identificar precisamente onde e quando esse processo realmente se iniciou.

Ainda para Paiva (2004), a adoção passou, no transcorrer da história, por diferentes interpretações; cada cultura a entendia de acordo com seu conjunto de valores e interesses. Na Grécia Antiga, o modelo baseava-se em preceitos religiosos, os Romanos em ideias de ascensão política e, no período medieval, a adoção foi abolida por questões derivadas da Igreja e senhores feudais. De acordo com Paiva (2004, p. 38):

^(*)**Paola Huber.** Acadêmica de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* paola_huber@hotmail.com. **Deborah Polo.** Acadêmica de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* deh_polo@yahoo.com.br. **Patrícia Behrend.** Acadêmica de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* pattybeh@yahoo.com.br. **Scheila B. S. de Menezes.** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* scheila.menezes@unoesc.edu.br.

[...] o cristianismo modificou o fundo político e religioso da organização familiar, o que contribuiu [...] para diminuir a importância da adoção [...] A finalidade religiosa foi modificada, mas permaneceu o objetivo de perpetuar a família e solucionar o problema dos casais sem filhos. (PAIVA, 2004, p. 38).

Entretanto, o avanço mais significativo aconteceu durante o Império Napoleônico, como se observa na seguinte citação:

[...] dois elementos importantes foram introduzidos [...] a noção de que a adoção só deveria acontecer se resultasse em vantagens para o adotado, e a atribuição do pátrio poder ao adotante, na figura de legitimação adotiva, que conferia ao adotado os mesmos direitos e obrigações dos filhos biológicos, inclusive o direito à herança. (PAIVA, 2004, p. 39).

Não somente as questões de adoção são relevantes, pode-se apontar como precedente às questões do abandono, que desde tempos remotos, como ainda na atualidade acontece em diferentes contextos e torna emergentes situações e necessidades sociais, como sugere Maldonado (1995, p. 26): “O abandono e a adoção evitam o infanticídio e delegam a responsabilidade de cuidar da criança para a comunidade, através da instituição ou da família que acolhe”.

Vale ressaltar os múltiplos significados relacionados à adoção nos diferentes períodos históricos e culturais, somente conjugando variados fatores que se pode determinar se essa prática será realmente aceita, repudiada, tolerada ou incentivada pela sociedade atual (PAIVA, 2004).

Dentro do contexto socioeconômico e cultural observado na contemporaneidade percebe-se que um dos assuntos que vem emergindo no campo teórico-prático é a adoção e aspectos a ela relacionados. Dessa maneira, ressalta-se a relevância de serem realizados cada vez mais estudos acerca desse tema que possui caráter multidisciplinar, envolvendo questões de cunho social, jurídico e psicológico. Por se tratar de assunto abrangente e multideterminado, acaba, muitas vezes, sendo pouco compreendido pela sociedade. A partir dessa premissa, pode-se justificar a necessidade de aprofundar conhecimentos a respeito dessa problemática.

Para Paiva (2004), quando se refere à adoção, no Brasil essa prática era inicialmente entendida como ação de caridade, difundida pela Igreja e, também, pelo fato de que os filhos agregados representavam mão de obra gratuita para a família:

[...] A situação dos filhos de criação era, em geral, permeadas por ambigüidades, pois, embora fossem considerados membros da família, eram tratados como empregados da casa. Assim, a ideologia filantrópica burguesa possibilitou a exploração [...] infantil através do discurso de auxílio à criança desamparada. (PAIVA, 2004, p. 44).

Em 1860, surgem inúmeras instituições para a proteção e assistência à infância, de caráter público e privado, essa fase está baseada no assistencialismo: “[...] a filantropia, surgindo como modelo capacitado para substituir o modelo representado pela caridade vinculada à Igreja.” (SIQUEIRA; DALL’AGLIO, 2006, p. 75).

Nos escritos de Siqueira e Dall’Aglio (2006) e Paiva (2004), com a consolidação do período republicano houve uma revalorização da infância, compreendendo que esta seria o futuro do novo regime. Legalmente, essa temática foi abordada pela primeira vez em 1916, no Código Civil Brasileiro, posteriormente em 1978, eleito o Ano Internacional da Criança, esse assunto passou a ser estudado e focalizado. Em 1979, estabelece-se o Código de Menores, mas foi em 1988, na Constituição da República Federativa do Brasil que a adoção tomou os moldes atuais. Pode-se citar: “[...] formação de diversas associações que se articularam a outras, na defesa dos direitos da criança e que acabaram influenciando na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente [...]” (SIQUEIRA; DALL’AGLIO, 2006, p. 75).

Os artigos da Constituição passaram então a ser regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o qual tinha por objetivo a proteção integral à criança e ao adolescente (PAIVA, 2004). Com o estabelecimento de práticas jurídicas voltadas à proteção desses sujeitos e à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pôde-se notar a evolução do conceito da adoção. Bandeira (2001, p. 33) fala: “Pode-se definir a adoção estatutária como o vínculo jurídico que liga, via de regra, um menor de 18 anos a uma família substituta. Este vínculo tem caráter irrevogável e atribui ao adotado os mesmos direitos do filho natural [...]”. A partir dessa perspectiva assegura-se a base legal da adoção.

Ainda para o autor o ECA ampliou, significativamente, o leque das adoções no Brasil eliminando as barreiras e considerando os interesses da criança acima de tudo. Passou-se a entender a infância e a juventude de modo mais humano e a existir real preocupação com a situação psicossocial destes (SIQUEIRA; DALL’AGLIO, 2006).

Um aspecto de relevância que a psicologia procura estudar e compreender é o processo de institucionalização vivenciado pelas crianças abrigadas, processo este que pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Ainda não são unânimes as opiniões a respeito da existência ou não da influência negativa no processo de institucionalização vivenciado pelas crianças.

Com base em publicações da área evidenciaram-se dados estatísticos com informações significativas, como no Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede

SAC, a qual obteve um registro de aproximadamente 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados no Brasil. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que, quando se tratando de concentração de abrigos por região destaca-se a região Sudeste (49,1%), seguida da região Sul (20,7%); do total de instituições de abrigos da Federação 3,9 estão em Santa Catarina (SILVA, 2004), dados estes que justificam a realização de trabalhos nessa área.

Ainda existe a desvalorização do papel social da criança abrigada como trata Bronfenbrenner (apud SIQUEIRA; DALL'AGLIO, 2006, p. 77): “[...] ser criado em abrigos, do ponto de vista de valores e expectativas culturais, está associado a um estigma que pode se tornar uma predição de fracasso”.

Busca-se refletir sobre essa temática, baseando-se nos escritos de Dolto (apud PAIVA, 2004, p. 133):

[...] questiona a ideologia que coloca a família como o lugar ideal para a educação dos filhos [...] crianças submetidas a maus-tratos pelos pais [...] contata que [...] afastar a criança de sua família [...] é medida necessária [...] benéfica para a criança, entendendo que a sociedade tem deveres para com ela, dentre os quais o de proteção integral às suas condições físicas e psíquicas. A criança precisa entender que essa solução [...] é importante na preservação de sua [...] vida e que o abrigo cumpre uma função em determinado período, até que haja decisão [...]

Essa mesma ideia se apresenta quando Bronfenbrenner (apud SIQUEIRA; DALL'AGLIO, 2003, p. 73) aponta: “[...] em certos lares, o meio ambiente físico e social tão empobrecido é caótico que a colocação [...] em uma instituição pode proporcionar a recuperação e um crescimento psicológico”. Ainda, segundo esse autor, uma instituição de abrigo infantil pode servir como contexto para o desenvolvimento humano muito abrangente.

Porém, ainda são poucos os estudos onde a criança é o foco da atenção e é envolvida na dinâmica dos acontecimentos, na maioria das vezes ela é tratada como mera espectadora, alheia aos acontecimentos e alimentando esperanças e expectativas que, muitas vezes, não são o reflexo da realidade.

Este trabalho vem buscar a ideia de que a criança venha a ser entendida como personagem principal de sua história e do processo adotivo como um todo. Sendo assim, sugere-se que o trabalho a ser desenvolvido posteriormente possa corresponder aos objetivos propostos inicialmente, contribuindo para um novo olhar sobre as crianças no processo de adoção:

[...] histórico de vida, as razões do abrigamento e as informações atuais sobre a situação processual de cada [...] devem ser remetidos à direção do abrigo e, além disso

as próprias crianças e adolescentes precisam acompanhar o que está acontecendo e saber de suas possibilidades futuras, pois as dúvidas e a espera interminável são devastadoras para elas, que já se fragilizaram com separações seguidas de abandono real ou legal. (PAIVA, 2004, p. 133-134).

Outro ponto de importância abordado pela literatura pode ser encontrado nos pensamentos de Paiva (2004, p. 133) quando se refere aos sentimentos desencadeados em uma criança em situação de abrigo:

[...] mais grave do que as separações e rupturas são as incertezas da criança sobre seu presente e futuro, pois muitas delas, ao serem abrigadas, não são sequer informadas sobre os motivos da transferência de moradia e nem mesmo sobre o que poderá ocorrer a partir desse momento. O caráter trágico não é introduzido apenas pelo abandono ou pelo abrigamento, que podem superar se forem ajudadas, mas por ficarem submetidas a dúvidas, incerteza e constante espera.

Assim, justifica-se a inserção de um trabalho investigativo nessa temática a fim de evidenciar como é vivenciado o processo de institucionalização/adoção, bem como verificar as expectativas que este gera na criança.

Marin (apud PAIVA, 2004) afirma que a história da criança envolve dor e revela fracasso da instituição família, tão valorizada pela sociedade, razão esta pela qual a criança acaba tendo pouco ou nenhum contato com sua história na instituição. Como Paiva (2004, p. 135) afirma: “Para que essa história possa ser transmitida, os próprios funcionários da entidade precisam conhecê-la e conseguir ouvir o que a criança quer perguntar ou falar a respeito de seu passado”.

Pensamento este evidenciado por Maldonado (1995, p. 86): “[...] É essencial também que as crianças à espera de adoção sintam que há pessoas que estão interessadas em tentar encontrar bons caminhos de vida para elas, pois todas as crianças têm o direito de crescer em uma família, e não em uma instituição [...]”.

Ainda segundo Paiva (2004), apesar das evoluções da adoção no Brasil, os aspectos históricos e culturais ainda se apresentam como barreiras, nem sempre os interesses da criança são entendidos como prioridades, nem sempre é visado a sua proteção ao colocá-la em família substituta.

Outro ponto a ser salientado refere-se à metodologia adotada (desenho/história), sua validade e importância empírica. Partindo do pressuposto de que o desenho pode se caracterizar como uma expressão projetiva da realidade interna do sujeito e que para a criança esta prática

ocorre de maneira mais livre, espontânea e rica em conteúdos emocionais, com base nessas ideias ressalta-se a pertinência desse método.

Considerando que uma criança abrigada pode manifestar muito mais livremente suas ideias por meio de uma ilustração que lhe permita deslocar sua realidade para um personagem fictício, ou seja, a projeção ocorre sem que haja interferências indutivas e sem reforçar preconceitos a respeito desse grupo em questão, sendo este outro ponto oportuno de discussão para estudo futuro.

O trabalho tem sua relevância pautada no fato de a adoção estar sendo amplamente evidenciada pela mídia de forma a conscientizar e estimular essa prática, no entanto ainda são presentes os preconceitos e tabus relacionados não somente ao processo de adoção, como também às instituições de crianças abrigadas, por envolver questões subjetivas torna-se assunto bastante polêmico e passível de amplas discussões.

A partir dos pressupostos apresentados remete-se a um trabalho investigativo acerca de quais são as expectativas das crianças institucionalizadas perante o processo de adoção e com o objetivo de compreender os principais aspectos emocionais vivenciados pelas crianças abrigadas no município de Joaçaba com idade de 4 a 12 anos.

MÉTODO

Tipo de Pesquisa

O estudo exploratório foi a forma eleita para a presente pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1996), um estudo exploratório tem como objetivo familiarizar-se com o fenômeno, a fim de obter nova percepção deste para que se possam descobrir novas ideias.

Inicialmente, para maior adaptabilidade recíproca entre o contexto da pesquisa e as pesquisadoras, foram realizadas visitas ao abrigo, de modo a estabelecer os primeiros contatos com profissionais da instituição e com as crianças, sujeitos do estudo.

Realizaram-se estudos documentais e dados relevantes dos sujeitos mediante estudos de casos específicos, tendo como objetivo trazer maiores subsídios teóricos e práticos referentes às crianças e seu histórico dentro e fora da instituição.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a qualitativa. Bogdan e Biklen (apud ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 13) afirmam sobre essa forma de pesquisa: “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

A opção por essa abordagem ocorre em virtude, principalmente, de se permitir um diálogo com a teoria e com o retrato descritivo do fenômeno a ser observado.

População Amostra

A população potencial para a exploração desse objeto de estudo são as crianças abrigadas de um município do Meio-Oeste de Santa Catarina, com idades entre 4 e 12 anos, as quais se encontravam em processo de preparação para a adoção. A partir da realidade do local quatro crianças enquadraram-se no perfil estabelecido; essas eram irmãs.

Procedimento de Coleta de Dados

Para a coleta de dados utilizou-se dois procedimentos, os desenhos-estória e a entrevista semiestruturada. O desenho-estória com tema é uma técnica utilizada na psicologia para a realização de uma investigação clínica da personalidade por intermédio de desenhos e história. No caso específico desta pesquisa, as crianças são os sujeitos do projeto, sendo o ponto mais importante deste trabalho verificar a visão destas ante a adoção, assim como os aspectos psicológicos evidenciados e suas expectativas diante dessa prática. Esse procedimento serviu para a não limitação de constatações verbais, aumentando, assim, o repertório para análise.

Desenhos-Estórias com Temas

Os Desenhos-estórias com temas são considerados por Aiello-Vaisberg (apud TRINCA, 1997) – uma das precursoras a utilizar este teste – como um teste projetivo, o qual possui normas qualitativas. A constância de certas características avaliadas no teste como um todo, é que dará relativa certeza de um diagnóstico.

A opção pela utilização de um teste projetivo como instrumento de coleta do presente estudo aconteceu, por acreditar que “[...] quanto menos diretivo e estruturado for o estímulo maior será a probabilidade do aparecimento de material pessoal significativo”. (TRINCA, 1997, p. 17).

O procedimento Desenhos-estórias com tema surgiu a partir do Procedimento de Desenhos Estórias de Walter Trinca. Esse autor começou a utilizá-los como técnica de investigação clínica da personalidade, em 1972. Segundo ele, tal procedimento (D-E):

[...] reúne e utiliza informações oriundas de técnicas gráficas e temáticas de modo a se constituir em nova e diferente abordagem da vida psíquica. Basicamente é formado pela associação de processos expressivo-motores (entre os quais se inclui o desenho livre) e processos aperceptivos-dinâmicos (verbalizações temáticas). (TRINCA, 1997, p. 13).

Esse procedimento tem por base o desenho livre e o contar estórias. Sua aplicação consiste em solicitar aos participantes cinco desenhos (livres). No término de cada desenho, desenvolve-se uma estória, realiza-se, então, um inquérito que é elaborado pelo examinador e, por fim, solicita-se um título à sua estória.

Quanto à avaliação, ainda segundo Trinca (1997, p. 19), “[...] o profissional deverá procurar [...] as interpretações que lhe pareça mais significativas, selecionando o essencial”. Os desenhos-estórias com temas possuem suas raízes no desenho estória, entretanto difere em algumas questões. Os desenhos solicitados possuem temas determinados previamente pelo examinador, não são livres; o número de desenhos fica a critério do examinador. As outras fases acontecem da mesma maneira como nos desenhos estórias, ou seja, solicita-se uma estória logo após o desenho, em seguida há a fase do inquérito e, por fim, o título à estória.

As vantagens dessa metodologia são salientadas por Aiello-Vaisberg (apud TRINCA, 1987, p. 276), que destaca a flexibilidade como um ponto extremamente favorável, uma vez que permite sua adaptação às mais variadas pesquisas e à possibilidade de aplicação nas diferentes faixas etárias. Quanto à avaliação desse material, o mesmo autor, sugere o método psicanalítico, entretanto, afirma: “[...] ainda que, pela sua versatilidade possa ser objeto de variados tipos de tratamento, de acordo com outros referenciais teóricos”.

Desse modo, considerando a possibilidade de adaptação permitida pelos desenhos-estórias com temas, optou-se por fazer uma análise de conteúdo sobre o material coletado, sem a utilização do método psicanalítico como suporte teórico-metodológico. A aplicação aconteceu da seguinte maneira:

Primeiramente, foi solicitado à criança que realizasse o desenho de uma criança que mora em um abrigo. Em seguida, que ela contasse uma estória relativa ao seu desenho e, a partir disso, (desenho e estória), foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada. Logo após foi solicitado um título à estória. Em um segundo momento, solicitou-se que ela desenhasse uma criança sendo adotada por uma família. Em seguida, foram desenvolvidos os mesmos passos do desenho anterior.

O procedimento ocorreu de maneira individual. Durante a história, a dinâmica de acontecimentos semiestruturada, onde existiram variáveis a serem evidenciadas em um momento posterior.

Entrevista

Para coletar os dados com as crianças utilizou-se também o procedimento de entrevista. Dentro desse procedimento, optou-se pela entrevista semiestruturada, uma vez que possibilita

elaborar algumas questões padrões às crianças, em relação à afetividade delas, ao mesmo tempo, manter certa flexibilidade, para que se possa inserir novos questionamentos em relação aos desenhos e às histórias elaboradas.

Esse procedimento de coleta foi elaborado a partir dos objetivos propostos, apoiado na literatura e no material coletado nas técnicas do desenho e da história.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo desta seção é apresentar e discutir os dados coletados a partir da metodologia proposta: desenho-história. Primeiramente serão expostas as concepções das crianças sobre adoção e abrigo, posteriormente, serão discutidas as expectativas das crianças sobre a adoção.

A amostra deste estudo foi composta por quatro crianças institucionalizadas em um abrigo de uma cidade do meio-oeste catarinense, sendo todas de uma mesma família (irmãos) que em razão da negligência e maus tratos dos pais biológicos, foram afastados da família de origem.

É relevante considerar que essas crianças, sujeitos da pesquisa, estavam sendo encaminhadas à adoção internacional, por meio de duas famílias italianas, e que, conseqüentemente, seriam separadas umas das outras. Ainda se referindo à separação dos irmãos, torna-se importante ressaltar que as famílias adotantes da Itália responsabilizaram-se, por meio de um acordo judicial, a manter o convívio dos irmãos o mais próximo possível.

No decorrer da coleta dos dados, essas crianças encontravam-se em processo de adoção, porém não possuíam conhecimento total de sua situação, estavam cientes de que não voltariam à família de origem, mas ainda não sabiam que seriam adotados por estrangeiros e também não haviam sido informados sobre a separação dos irmãos.

Sujeitos	Sexo	Idade
Sujeito 1	Feminino	5 anos e 5 meses
Sujeito 2	Masculino	6 anos e 10 meses
Sujeito 3	Feminino	8 anos e 1 mês
Sujeito 4	Masculino	11 anos e 8 meses

Tabela 1. Identificação dos sujeitos da pesquisa

Concepção das Crianças sobre Adoção

Com base na metodologia proposta, buscou-se verificar a maneira como as crianças pesquisadas concebem o processo de adoção. A Tabela 2 visa ilustrar os argumentos utilizados pelas crianças que expressam essas definições:

Adoção	Nº de Sujeitos	Total	(%)
Sair do abrigo e ir para uma nova família	2	2	50
Permanecer com os irmãos durante o processo	1	1	25
Situação nova que causa receio	1	1	25
Total	4	4	10

Tabela 2. Concepção da criança perante adoção

Nota-se, ao observar a Tabela 2, que do total de quatro sujeitos pesquisados dois associaram adoção à ideia de sair da instituição e ir para uma nova família. Dos demais sujeitos, um aponta como fator importante na adoção o desejo de permanecer com os irmãos durante esse processo e outro considera a adoção como uma situação nova, passível de receio e temores.

Segundo a Associação dos Magistrados Brasileiros (2008) a origem da palavra adotar vem do latim *adoptare*, que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, ajuntar, escolher, desejar. Na área jurídica, a adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo para crianças/adolescentes todos os direitos e deveres de filho, quando forem esgotados todos os recursos para manter a convivência com a família original. É regulamentada pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, este determinando claramente que a adoção deve priorizar os reais direitos, interesses e necessidades da criança/adolescente.

Esse é o conceito técnico da adoção, no entanto esta pesquisa tem como objetivo dar voz a essas crianças, como sujeitos participantes desse processo, uma vez que nem sempre lhes é permitido esse direito. Nesse sentido, vale ressaltar que a compreensão do significado de ser adotado depende de diferentes variáveis, como a histórica, social, cultural, cognitiva e emocional. Assim, deixa-se o âmbito individual da adoção para uma visão holística (SOLON, 2006).

O conceito propriamente dito da adoção chega para a criança em diferentes momentos, todavia segue certa linha em relação às fases do desenvolvimento. Como sugere Solon (2006, p. 91):

[...] é em torno dos seis ou sete anos que a criança [...] começa a diferenciar adoção e nascimento como formas alternativas de se entrar para uma família e é desse pensamento que nasce o “sentimento de perda”: a criança percebe que para chegar a ser adotada por uma família, foi preciso acontecer antes o abandono pela mãe que a gerou.

A partir dessa colocação é importante chamar a atenção para a informação oferecida pela profissional da área da psicologia no momento anterior à aplicação do método, onde esta atenta para o fato de que no contexto pesquisado a profissional opta em não utilizar a palavra adoção no decorrer da preparação das crianças, preferindo usar o termo “ir para uma nova família”. Argumento este que vêm ao encontro da dificuldade apresentada pelas crianças em conceituar a adoção com a presença da expressão “Não sei [...]” (sujeito 4, 11 anos e 8 meses). Essa argumentação também pode ser interpretada como um desconforto em abordar conteúdos de caráter pessoal, tema este levantado por Solon (2006); existem crianças que evitam falar sobre suas vivências de abrigamento, iniciam um processo de silenciamento de seu passado, tentam direcionar as verbalizações para assuntos genéricos ou dizem que não querem falar, porém existem significados nos silêncios, podem estar ligados a questões históricas e culturais. A ambiguidade de sentimentos tem raízes em experiências passadas, ansiedades e incertezas para com o futuro, uma vasta gama de sentimentos que se mesclam ao desejo de pertencer a uma família.

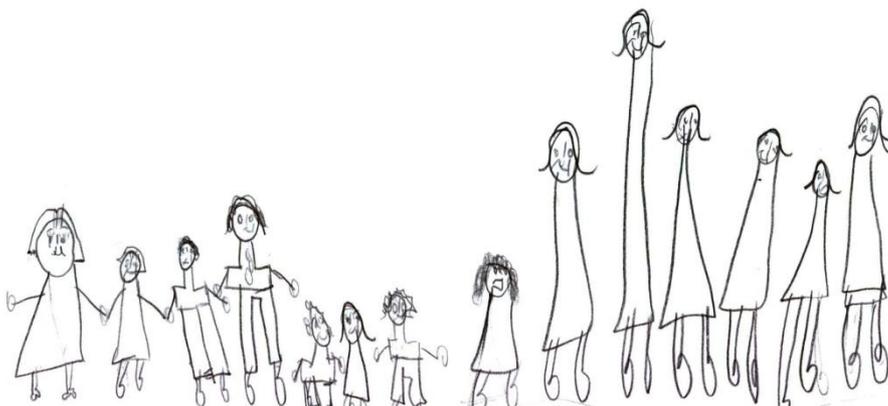
A premissa de que a criança institucionalizada necessariamente é prejudicada pelo seu passado e sofre pelo abandono é questionada por Solon (2006), quando critica as pesquisas da área da psicologia que colocam o foco somente nos problemas e não oferecem alternativas para favorecer o abrigo como um contexto de desenvolvimento e reforçam a ideia negativista de que este é somente um local de passagem que resulta em marcas para toda a vida da criança.

Vale lembrar que uma das ideias que fundamentam a pesquisa é a de sair do estereótipo de que a criança institucionalizada é sinônimo de criança traumatizada e passiva em seu processo de adoção, mas vê-la como personagem principal desse processo, oferecendo a elas a possibilidade de VOZ.

De maneira geral, os estudos de Nascimento e outros (2006), vêm demonstrando que a visão de família apresentada por crianças institucionalizadas, por meio da brincadeira de faz de conta, segue o modelo de família conhecido no decorrer de suas vidas. Elas tendem a construir a brincadeira construindo a família de forma muito semelhante à que todos têm, ou seja, a concepção nuclear.

Sendo assim, ressalta-se a relação que existe entre a concepção de família e de adoção por parte das crianças; estas associam esse acontecimento a ir para uma nova família dentro de um molde nuclear, tendo como base um modelo parental previamente idealizado por elas, o que nem sempre condiz com sua realidade social, como pode ser notado na fala do sujeito 1, 5 anos e 5 meses: “Nóis indo mora com otra família, otro lugar, saindo do abrigo”. Chama-se a atenção para o uso do pronome Nós na frase, esta perspectiva remete à ideia de coletividade, nesse caso manter o convívio com os irmãos durante e após o processo de adoção.

Schogor (2003) sugere a ideia de que grupos de irmãos se adaptam mais facilmente ao novo ambiente e adquirem uma familiaridade que oferece a possibilidade de se ter figuras substitutas de apego afetivo, as quais se pode recorrer em casos de insegurança ou para compartilhar o afeto familiar e diminuir o sentimento de abandono, solidão e manter a memória da família. Isso pode ser observado no desenho e na fala do sujeito 3, 8 anos e 1 mês: “Desenhei os irmão de perto e de mão dada. Os otro não tem irmão”. Pode-se dizer que o fato de estarem de mãos dadas reflete a ideia de união, enquanto as crianças que não possuem irmãos, não possuem nem ao menos braços, ou seja, nada que represente vínculos.



Desenho 1. Elaborado por sujeito 3

Apesar da presença dos irmãos no processo adotivo, este ainda é caracterizado como uma situação nova e que traz consigo uma gama de sentimentos ambivalentes, nem sempre esta criança esta ciente do que está acontecendo, pouco compreende o desenvolvimento do processo e de sua situação. Isso acaba por desencadear sentimentos de insegurança e desproteção (SOLON, 2006). É relevante considerar que uma das crianças (sujeito 4) demonstrou o desejo de ser adotada, porém

denotou sentir receio da concretização da adoção. Fato este evidenciado na fala do sujeito, quando questionado se gostaria de ser adotado: “Sim, mas tenho medo [...]” (Sujeito 4, 11 anos e 8 meses).

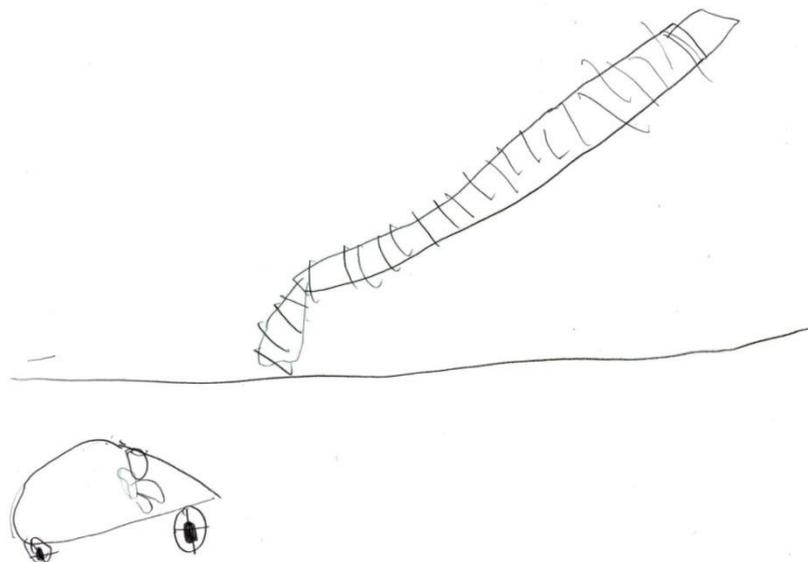
Concepção das Crianças sobre Instituições de Abrigo

A solicitação feita às crianças foi realizar um desenho demonstrando a situação de uma criança que mora em um abrigo, bem como uma história que representasse seu respectivo desenho. Por intermédio do desenho e da história edificada por esses sujeitos e do inquérito referente às suas percepções sobre o abrigo, estabeleceram-se os dados coletados considerando os sentidos e definições das crianças sobre a instituição em que vivem. A Tabela 3 apresenta a sistematização dos argumentos utilizados pelas crianças expressando suas definições:

O abrigo é	Nº de sujeitos	Total	(%)
Lugar onde pode permanecer com os irmãos	3	3	75
Noção de casa/lar	1	1	25
Total	4	4	100

Tabela 3. Concepções da criança sobre instituições de abrigo

Com base na Tabela 3 torna-se explícita a concepção de abrigo das crianças sujeitos deste trabalho, evidenciando que três sujeitos desejam permanecer com os irmãos e que a estadia no abrigo supre esse desejo. Sugere-se, dessa forma, que todas as crianças possuem uma visão positiva referente ao abrigo, porém relacionam essa satisfação de maneiras diferentes; três condicionam esse contentamento à união fraternal, enquanto um dos sujeitos considera o local como uma casa/lar, com opções de lazer, contato com crianças da mesma faixa etária, considerando este um lugar agradável. A visão de abrigo como um lar para a criança, fica nítida na colocação do sujeito 2, 6 anos e 10 meses quando solicitado que desenhasse ele próprio indo para uma nova família, este se desenhou indo para o abrigo. Ou seja, a nova família para ele era o abrigo: “[...] nós tamo indo pro abigo.”



Desenho 2. Elaborado por sujeito 2

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) instituições de abrigo, são conceituadas como uma medida de proteção, as instituições atendem crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser temporariamente afastados da convivência com suas famílias. Funcionam como moradia alternativa até o retorno à família de origem ou até a colocação em família substituta. Além disso, o ECA estabelece que essas crianças e esses adolescentes serão encaminhados ao abrigo por decisão da Justiça da Infância e da Juventude ou dos Conselhos Tutelares (SILVA, 2004).

Sabe-se que os princípios que devem ser adotados pelas instituições de abrigo em relação às crianças constam no artigo 92 do ECA (1990). Entre os artigos, destacam-se os relacionados aos irmãos, que se referem prioritariamente à preservação dos vínculos e ao não desmembramento de grupos de irmãos. Essa preservação dos laços fraternais pode-se caracterizar como questão de influência na adaptação tanto no abrigo quanto em uma posterior família adotiva, pois essas crianças necessitam dessas relações afetivas para um desenvolvimento mais adaptado e sadio.

Se for acreditar que as relações são resultados de construções afetivas, onde ser compreendido, ser aceito, ser respeitado, ser amado é a base necessária para um percurso satisfatório, então se poderá pensar a instituição de forma diferente, tornando-a uma alternativa viável à construção de sujeitos. Acredita-se que isso ocorrerá mediante recuperação da solidariedade e da construção de laços afetivos, o que é, em última instância, o alicerce da subjetividade (ARPINI, 2003).

Apesar das leis existentes garantirem a união dos irmãos, sabe-se que existem exceções em que essas leis não podem ser cumpridas, por vezes a separação torna-se a única solução para colocação em uma família substituta, sendo essa a realidade encontrada no contexto em questão.

Para Schogor (2003), quando existe a possibilidade de adoção em separado cogita-se o afastamento do grupo, afinal é importante para a criança ter uma família. Esquece-se que o grupo de irmãos já é uma família e que o convívio entre eles também é importante. Eles são, uns para os outros, tudo que restou de familiar.

Outra questão evidenciada é o fato de uma das crianças da pesquisa identificar o abrigo como um parâmetro de lar, pensamento este que vai ao encontro dos apontamentos de Silva (2004, p. 231) quando se refere à semelhança do abrigo com um lar:

[...] recomendam que as instituições busquem oferecer um acolhimento que seja o mais semelhante possível ao de uma rotina familiar. As entidades não devem [...] manter placas ou faixas externas que as identifiquem como abrigos. Da mesma forma, a construção deve aparentar uma residência comum. Os grandes pavilhões, símbolo dos antigos orfanatos, devem ser esquecidos. Por outro lado, é fundamental que o atendimento ocorra em pequenos grupos, o que permite olhar para as características de cada criança ou adolescente, bem como para as especificidades de suas histórias de vida.

Observando que as crianças vêm de um lar desestruturado, estas se tornam mais suscetíveis em ver o abrigo como um lar, melhor do que aquele a que estavam anteriormente inseridas. No caso do abrigo onde foi realizada a pesquisa a característica de lar mostrou-se presente, mas dentro do possível para a realidade local, são muitas crianças e torna-se difícil dar atenção a todas e os recursos também são insatisfatórios, é possível deixá-lo parecido com um lar, mas dificilmente venham a reproduzir exatamente a rotina de uma família na sua íntegra.

De acordo com Justo (*apud* PATIÑO; FRANCISCHINI; FERREIRA, 2006) a instituição pode ser uma fábrica de referências às crianças, matrizes de percepção, mediante as quais pode enquadrar sua própria pessoa e o mundo a sua volta. Também é encontrado em Siqueira e Dall'Aglio (2006), a família, amigos, profissão, vizinhos, escola, instituição de abrigo, entre outros, representam e ajudam a formar uma identidade social que irá fornecer suporte nas relações que o indivíduo estabelece com os outros. Dessa forma, quanto mais o sujeito percebe com satisfação sua rede de apoio, mais sentimentos de satisfação são possíveis em sua vida. Também se pode compreender que, para as crianças e os adolescentes abrigados, a instituição de abrigo configura-se na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando uma influência fundamental

ao seu desenvolvimento. A instituição não seria de fato o ambiente mais adequado de desenvolvimento, pois não é equivalente a uma família. Apesar disso, a referida autora aponta para a ideia de que, dependendo da situação em que a criança ou o jovem se encontra, a instituição pode se configurar como melhor opção.

Visão e Expectativas da Criança perante o Processo de Adoção

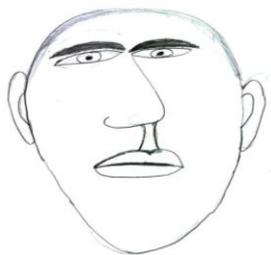
Após as crianças realizarem um desenho retratando uma criança que mora em um abrigo, solicitou-se a elas que realizassem um desenho sobre uma criança que está sendo adotada. Em seguida, a criança deveria contar uma história referente ao desenho realizado. A análise de conteúdo realizada sobre o material coletado permitiu às pesquisadoras organizarem a Tabela 4, onde estão mencionados os principais argumentos utilizados pelos sujeitos da pesquisa para referir-se a visão e expectativas destes em relação à adoção.

Expectativas	Nº de Sujeitos	Total	(%)
Não respondeu, diz não saber	1	1	25
Sair do abrigo, morar em outro lugar, mas permanecer com os irmãos	1	1	25
Ser bem-cuidada	1	1	25
Mudar de vida totalmente	1	1	25
Total	4	4	100

Tabela 4. Expectativa da criança ante a adoção

Ponderando a Tabela 4 fica evidente que as crianças participantes deste estudo, demonstraram expectativas diferenciadas em relação às alterações que ocorreriam em suas vidas com a adoção. A maioria das crianças (3 sujeitos) expressou que ocorreriam mudanças; o sujeito 1 da pesquisa demonstrou que iria gostar de morar com outra família, de dormir em outra casa, ideia essa condicionada a um bom comportamento na visão do sujeito; do mesmo modo o sujeito 3 retrata em seu discurso que haveria mudanças significativas em sua vida, que teria melhores condições de vida; o sujeito 4 denotou que ocorreriam expressivas mudanças, descrevendo que tudo mudaria, demonstrando a grande expectativa que possui em relação à nova família. O sujeito 2 da pesquisa não demonstrou expectativas concretas de que algo mude em sua vida com a adoção, verbalizou que apenas sonha com esse acontecimento, expressando assim, vontade de que isto ocorra, o que pode ser evidenciado na fala do sujeito 2, 6 anos e 10 meses: “Não sei, não penso nada, só sonho.”

Freire (apud NASCIMENTO *et al.*, 2006) assinala que no Brasil, o principal desafio consiste em apoiar todas as iniciativas que permitam compreender que a adoção deva ser vivida fundamentalmente para a criança, cabendo aos adotantes o gesto maduro do amor incondicional, apoiados por movimentos sociais competentes em todas as fases da integração familiar adotiva. Essa análise enfatiza que as crianças que participaram da pesquisa possuem uma expectativa positiva em relação à família adotiva, porém tornaram evidentes as dificuldades em relação a esse período; em determinados momentos argumentaram não saber como seria a família adotiva ou como realmente seria ser adotado. Nota-se, na história 2 do sujeito 4, 11 anos e 8 meses: “Não sei como é uma criança adotada, nunca vi [...]” Também é importante colocar que, apesar desse aparente desconhecimento sobre adoção, este sujeito, por ser o mais velho, já tem conhecimento de que será adotado, tanto que quando solicitado que desenhasse uma criança sendo adotada fez um autorretrato.



Desenho 3. Elaborado por sujeito 4

As crianças adotadas também sofrem, possuem os mesmos conflitos, crises e distúrbios. A experiência de ser uma criança adotada faz vir à tona reações defensivas adaptativas. Todas as tensões e conflitos dos pais adotantes – suas personalidades, razões especiais à esterilidade, motivos para a adoção e expectativas quanto a esta, a expressarem-se de modo verbal ou não verbal, influenciam a criança. O assunto da adoção desperta emoções poderosas e defesas associadas à fantasia de abandono e ansiedade (GLENN, 1996, apud NASCIMENTO *et al.*, 2006).

O processo de adoção é permeado por muitas emoções, como, medo, ansiedade constrangimento, dúvidas e incertezas; esses sentimentos podem afetar todos os participantes desse processo (NASCIMENTO *et al.*, 2006).

Solon (2006) coloca que o objetivo principal da adoção precisa ser o de proteger a criança e não o que tradicionalmente tem sido: a criança ser uma solução para a necessidade dos pais de formarem uma família. Parece que preparar uma criança para a adoção é estimular a reflexão da criança sobre suas expectativas em relação à família com quem irá viver; seus temores e esperanças

em relação à nova vida; sobre a família que idealiza e a família real; investigar como percebe as regras familiares e os direitos de cada membro da família; mostrar que na vida em família, adultos e crianças têm obrigações e regras a serem obedecidas (NASCIMENTO *et al.*, 2006).

Para Solon (2006), esse período deve-se atentar às significações que a criança atribui para esses deveres, existe uma tendência de a criança associar sua permanência na família adotiva ao seu bom comportamento, constrói um conceito de reciprocidade para a adoção, uma relação bilateral entre os pais e a criança. Se de um lado os pais suprem suas necessidades físicas e psíquicas, de outro elas tem de corresponder positivamente como afirma o sujeito 1: “[...] eu não choro, não faço barba, eu vô morá na outra família [...]”.

Como Silva (2004) trata, a colocação em família substituta envolve questões adicionais importantes. No contexto das entidades, é preciso superar a cultura de que, havendo problemas familiares, o melhor lugar para crianças e adolescentes é uma instituição, onde podem ter melhores condições de vida. Essa visão de melhora de vida para uma das crianças perpassa os limites da instituição e vai ao encontro do seu conceito de convivência familiar, como se pode verificar em sua resposta quando solicitado o que mudaria na vida dela se fosse adotada: “Ia muda, ia fica bem tratada.” (Sujeito 3, 8 anos e 1 mês).

A análise desse quadro sugere que as crianças participantes dessa pesquisa possuem expectativas de saírem do abrigo e ideias positivas em relação à família adotiva, algumas vislumbrando um modelo de vida familiar diferente do vivenciado até então, outras, a angústia do desconhecido.

CONCLUSÃO

Atualmente, um grande número de crianças abrigadas não se encontra disponível para adoção, existindo, ainda, a expectativa de retornar ao seu grupo de origem. Entretanto, não se podem esquecer as crianças destituídas do poder parental, onde a hipótese de retorno à família biológica já não existe mais, toda via surge uma possibilidade de uma “nova e diferente” família.

Essas expectativas são experimentadas pelas crianças de diferentes maneiras, variando de acordo com a faixa etária, conhecimento sobre o assunto, características pessoais, enfim, cada criança constrói seu conceito de adoção a partir da sua realidade. Na pesquisa realizada, evidenciaram-se essas singularidades, mas também houve questões comuns para os sujeitos, como o fato de possuir expectativas de “melhoras” em suas vidas, desejo de integrar uma nova família e, também, o ideal de manter os laços afetivos previamente existentes entre os irmãos.

Fato marcante denotado na pesquisa refere-se à presença de sentimentos positivos em relação à adoção, os sujeitos mostraram-se dispostos, ainda que com certo receio, a iniciar um novo processo, o de ligar-se a uma nova realidade familiar, diferente da vivenciada na família de origem e da instituição de abrigo em que residem. Torna-se explícita a presença de sentimentos de insegurança e medo, fato que pode ser considerado natural, já que esta configura uma situação nova e desconhecida.

Relevando o objetivo central da pesquisa, que seria averiguar as expectativas das crianças ante a adoção, conclui-se que todos os sujeitos da amostra manifestaram expectativas positivas diante do processo de adoção, referindo-se ao desejo de sair do abrigo e ir para uma nova família. As crianças evidenciaram vontade de encontrar na família adotiva uma vida nova, diferente de tudo o que vivenciaram até então, recebendo afeto e cuidados, porém a preservação dos laços fraternos, não pode ser negligenciada, pois a grande maioria dos sujeitos desta pesquisa, seja por meio do desenho, da história, seja da fala, manifestaram desejo de permanência desse vínculo.

Percebe-se que a possibilidade de manter os laços afetivos durante e após um processo de adoção constitui um fator decisivo para o desenvolvimento psicológico e social da criança, auxiliando esta a entender e se adaptar de forma mais fácil à sua nova forma de vida. Traz à criança mais segurança e a sensação de que apesar de estarem em família substituta os laços ainda permanecem e eles têm, ao menos, parte da família nuclear.

A expectativa dessas crianças em preservar seus laços familiares, mais precisamente os vínculos entre irmãos, poderá causar frustrações futuras, considerando que apesar da lei garantir a não ruptura dos vínculos entre irmãos, nesse caso em específico serão separados fisicamente. Ao mesmo tempo em que essa separação pode gerar tensão entre as crianças, ressalta-se que todas as crianças encontram-se com mais de 5 anos e as possibilidades de serem adotadas juntas seria muito remota. Também se espera que o compromisso firmado entre os adotantes de mantê-los próximos seja efetivamente mantido, pois o desejo de preservar os laços afetivos entre os irmãos existe e a sua ruptura brusca, aliada a uma nova cultura, nova língua e costumes poderá dificultar a adaptação dessas crianças, podendo gerar certo grau de sofrimento psíquico.

Em se tratando das instituições de abrigo ficou evidente que estas têm dificuldades em cumprir as funções às quais são destinadas, pois apesar de ter como princípio se assemelhar a um lar, nem sempre é assim que as crianças o veem: dos sujeitos pesquisados, apenas um vê o abrigo como seu lar. O que se percebe é o abrigo como um local onde a criança permanece até voltar para sua família de origem ou ir para uma família substituta. Assim, tornar o abrigo um local capaz de acolher, proteger e sanar as necessidades psicológicas, biológicas e sociais da criança exige uma

mudança no olhar e no fazer, não somente das políticas públicas, como também dos demais atores sociais responsáveis pela garantia dos direitos dessas crianças e adolescentes. Necessita-se de um processo de humanização desses espaços, onde se respeite a individualidade das crianças e, também, suas necessidades, não somente fisiológicas, mas emocionais. Para isso, todos os profissionais envolvidos nessas instituições deveriam ter capacitação permanente, além de acompanhamento psicológico.

Reconhece-se que a amostra deste estudo foi pequena para traçar conclusões, porém foi a realidade encontrada no município de Joaçaba, Santa Catarina. Assim, sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre esta temática, a fim de melhor investigar as expectativas das crianças institucionalizadas ante o processo de adoção, bem como analisar formas de inseri-las, de maneira mais direta, no processo, ouvindo-as e respeitando sua capacidade de compreensão, considerando que a criança possui uma história, conhecimentos e sentimentos que precisam ser relevados nas práticas de proteção a essas crianças (SOLON, 2006). Nesse sentido, este projeto traz intrínsecas questões éticas e, sobretudo, humanitárias, além da possibilidade de ser um desencadeador de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Ed. EPU, 1986.
- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 70-75, mar. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932003000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *Adoção passo a passo: mude um destino*. Campanha da AMB em favor das crianças que vivem em abrigos, 2008. Disponível em: <<http://www.projettorecriar.org.br/main/adocao/adocao passo a passo.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.
- BANDEIRA, M. *Adoção na prática forense*. Ilhéus: Ed. Editus, 2001.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF: MEC; ACS, 2005.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Ed. Makron Books, 1996.
- MALDONADO, M. T. *Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos*. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- NASCIMENTO, R. F. L. et al. *O processo de adoção no ciclo vital*: Porto Alegre: Redpsi, 2006. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=293>>. Acesso em: 30 set. 2009.
- PAIVA, L. D. *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PATIÑO, J. F.; FRANCISCHINI, R.; FERREIRA, E. O. *Crianças em situação de Abrigo – Casas Lares: os vínculos e a composição do espaço sob o olhar das crianças*. Núcleo de Estudos Socioculturais da Infância e Adolescência – Depto de Psicologia – CCHLA – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006. Disponível em: <<http://www.portal.mn.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2009.
- SCHOGOR, W. L. C. *Um olhar simbólico sobre a casa lar: veneno e remédio*. 2003. 97 f. Monografia (Especialização em Psicologia Analítica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.symbolom.com.br/monografias/veneno-e-remedio.doc>>. Acesso em: 12 set. 2009.
- SILVA, E. R. A. (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, DF: Ed. EPA; Conanda, 2004.
- SIQUEIRA, A. C.; DALL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-80, jan./abr. 2006.
- SOLON, L. A. G. *A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-23022007-171716/>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- TRINCA, W. (Org.). *Formas de investigação clínica em psicologia*. São Paulo: Ed. Vetor, 1997.

RESUMO

Este artigo faz uma análise acerca das expectativas das crianças abrigadas ante o processo de adoção, observando as concepções destas referente ao abrigo e à adoção. As instituições de abrigo têm como finalidade o acolhimento de crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem. Nesse contexto, a criança/adolescente abrigada depara-se com sentimentos ambivalentes, pela dificuldade de adaptação ao abrigo, e impessoalidade e coletividade do local. Trata-se de um estudo investigativo sobre as expectativas das crianças institucionalizadas perante a adoção, tendo como objetivo identificar a concepção que as crianças abrigadas possuem ante o processo adotivo e sobre as instituições de abrigo. A metodologia adotada foi o desenho-estória com temas.

Palavras-chave: Adoção. Expectativas. Institucionalização.

INSTITUTIONALIZED CHILDREN AND THEIR EXPECTATIONS OF THE ADOPTION PROCESS

ABSTRACT

In this article it is intended to make an analysis about the expectations of the children in shelters in relation to adoption process and observe their conceptions of the shelter and the adoption. Another aspect is the methodology (draw/story), its validity and empirical importance. Considering that the draw can be characterized as projective expression of the subject's internal reality, to the children, this practice happens more freely, spontaneously and full of emotional contents. Applying this method of research, significant results were achieved. The children proved that they have a positive view about both, adoption and shelter and they showed many expectations about the adoption. The desire of maintaining brotherly ties was the most remarkable aspect of the research.

Keywords: Adoption. Expectations. Institutionalization.